

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)
FRANCISCO RANGL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1895-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISTIANI MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARILANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALSUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Uma confusão deplorável



Tarcísio erra ao dizer que câmeras nos uniformes policiais são ineficientes na segurança do cidadão. Além de contrária às evidências, a declaração presume que nem todos são cidadãos

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, informou, em entrevista à TV Globo, que não pretende investir mais nas câmeras nos uniformes policiais, porque, segundo ele, esses equipamentos não melhoram a “segurança do cidadão”. Em seguida, questionado pelo repórter a respeito da possibilidade de aumento da truculência policial como consequência da falta de câmeras nos uniformes, o que resultaria em insegurança para os cidadãos em geral, o governador disse que “o cidadão” está

“mais preocupado” com o roubo de celulares e com sequestro relâmpago, entre outros crimes.

Com essas declarações, o governador paulista faz uma deplorável confusão entre segurança pública e proteção contra o abuso cometido por agentes do Estado em nome da segurança pública. Ora, as câmeras não foram implementadas para melhorar a segurança, tarefa esta que é do policiamento ostensivo e preventivo, feito com base em inteligência e treinamento. O objetivo do programa de câmeras nos uniformes é o de documentar a ação poli-

cial para eventual responsabilização dos agentes em caso de violência excessiva, o que tende a inibir as ações truculentas.

Há um outro aspecto, ainda mais perturbador, na resposta do governador. Segundo se depreende de seu discurso, aqueles que padecem nas mãos de policiais violentos são cidadãos de segunda classe, que não fazem jus nem aos direitos assegurados pela Constituição nem aos investimentos do Estado na redução da violência policial.

No exótico trade-off proposto por Tarcísio de Freitas, só haverá recursos para melhorar a segurança dos cidadãos realocando-se o dinheiro hoje destinado ao programa que visa a assegurar que os cidadãos tenham como se defender, na Justiça, de eventuais abusos policiais.

É lógico que governar é fazer escolhas, uma vez que os recursos públicos são finitos, mas é espantosa a naturalidade com que o governador Tarcísio de Freitas, que se apresenta como um gestor técnico, tenha se permitido o raciocínio obscurantista, típico do bolsonarismo, de que o sucesso das ações de segurança pública só será possível com o desinvestimento no programa de câmeras nos uniformes policiais, como se um e outro fossem excludentes.

Esse deveria ser um debate ocioso a esta altura. Por todos os aspectos avaliados, as câmeras nos uniformes policiais representam uma das políticas públicas mais eficientes implementadas nos últimos anos na área de segurança pública. Seus dois grandes objetivos – reduzir o abuso policial e produzir elementos de provas para os inquéritos

policiais e os processos penais – têm sido atestados em vários levantamentos. O próprio Supremo Tribunal Federal reconheceu a eficiência dos equipamentos na decisão, proferida no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635, que obrigou o uso das câmeras pela polícia do Rio de Janeiro.

A mentalidade simplista exposta na fala do governador de São Paulo ajuda a entender por que o Estado tem sido tão pouco eficiente na prevenção e na repressão do crime. O poder público tem reiteradamente se negado a ver o óbvio e a estudar os assuntos, preferindo ações demagógicas e populistas de curto prazo.

Contrária às evidências e à Constituição, a declaração de Tarcísio de Freitas é também incoerente com seu discurso ideológico. Não faz nenhum sentido que um político pretensamente liberal considere um desperdício investir na transparência da atuação estatal. A saudável e civilizada desconfiância que o liberalismo nutre em relação ao poder do Estado também se estende, por óbvio, ao poder da polícia. Não existe Estado virtuoso, em nenhum âmbito, sem transparência e sem controle.

Num país violento como o Brasil, a polícia é imprescindível. Todos os cidadãos, sem exceção, infelizmente precisam cada vez mais dela. E as câmeras nos uniformes são um poderoso e eficaz instrumento para que policiais continuem a ser policiais, atuando como policiais, e não como os justiceiros pelos quais clamam aqueles que se consideram cidadãos de primeira classe. ●

A vacina desafia o negacionismo

Números do Ministério da Saúde mostram crescimento de vacinas do calendário infantil em todo o Brasil, vitória ainda incompleta contra a onda negacionista que vimos na pandemia

Os anos críticos da pandemia de covid-19 deixaram no Brasil a triste marca dos 700 mil mortos pela doença e a trágica cultura do negacionismo – aquela impulsionalidade por uma legião que não só se recusava a seguir as recomendações da ciência, como difundia desinformação e inverdades sobre supostos riscos e inutilidade das vacinas. Pelos números revelados recentemente pelo Ministério da Saúde, o País pode estar, enfim, revertendo a tendência negacionista que se proliferou nos últimos anos e abalou os indicadores de vacinação.

Segundo o governo, oito tipos de vacinas recomendadas no calendário infantil apresentaram aumento de procura entre janeiro e outubro de 2023, comparado com o mesmo período de 2022.

Registraram crescimento os imunizantes contra hepatite A, poliomielite, pneumocócica, meningocócica, DTP (difteria, tétano e coqueluche) e triplíce viral 1.^a dose e 2.^a dose (sarampo, caxumba e rubéola). Também houve aumento na cobertura da vacina contra a febre amarela. Em todas elas, a alta ocorreu em todo o Brasil.

Ainda que os dados sejam preliminares, trata-se de uma notícia auspiciosa. Ao apresentá-los, a ministra Nísia Trindade evidentemente comemorou os resultados. Convém reconhecer-lhe os méritos, tanto dela quanto do presidente Lula da Silva: depois de anos de quedas sucessivas na cobertura vacinal, o Ministério da Saúde lançou o Movimento Nacional pela Vacinação, no qual se incluiu a adoção do microplanejamento, o repasse de re-

ursos para ações regionais nos Estados e municípios, e o programa Saúde com Ciência, iniciativa interministerial voltada para a promoção e valorização da ciência nas políticas públicas de saúde. O governo buscou ainda revigorar neste primeiro ano o Programa Nacional de Imunizações, abalado pela gestão anterior.

Nada mal quando boa parte do País ainda se recorda do rosário de queixas, ironias e negações do então presidente Jair Bolsonaro diante das vacinas. Ao longo de quase dois anos de pandemia, Bolsonaro se posicionou diversas vezes sobre o tema e se mostrou claramente contrário à imunização. Numa delas, em janeiro de 2022, chegou a dizer que as mortes de crianças pela covid-19 no Brasil não justificavam a vacinação, por causa de seus “efeitos colaterais adversos”. Em outra, afirmou que o efeito da vacina no público infantil seria uma “incógnita”. Não raro optou pelo deboche diante do medo, das incertezas e até mesmo da busca acelerada pela vacina. “Se você virar um jacaré, problema de você. Se você virar super-homem, se nascer barba em alguma mulher ou algum homem começar a falar fino, eles (os fabricantes de vacinas) não vão ter nada a ver com isso”, disse ele, em dezembro de 2020, num dos momentos críticos.

O avanço é notável, mas a própria ministra da Saúde reconheceu que ain-

da há um longo caminho a percorrer. Mesmo com o aumento, as coberturas vacinais não alcançam, em nível nacional, a meta preconizada pelo governo, de 95%. Alguns imunizantes chegam próximo a 80%; outros ainda se aproximam da casa dos 70%. Mas sair da espiral descendente já é motivo para alívio, sobretudo para um país que, até Bolsonaro, foi referência internacional no controle de doenças imunopreveníveis. Afinal, é do Brasil um dos maiores programas de vacinação do mundo, instituído na década de 1970, reconhecido pela Organização Mundial da Saúde e razão da vitória contra algumas doenças, incluindo a poliomielite.

Os novos dados são igualmente importantes porque 2023 mostrou que, embora tenha mudado de patamar, a covid-19 veio para ficar. Já não se trata de uma emergência de saúde pública, mas o vírus continua circulando, causando mortes, alterando a circulação de outros vírus respiratórios e provocando surtos fora de época. Uma suposta normalidade na convivência com a doença e o espírito negacionista ainda deixam sequelas: em junho do ano passado, somente 13% dos adultos haviam recebido o reforço com a vacina bivalente; em dezembro, somente 17%. Indica que é ainda mais baixo entre crianças de até cinco anos de idade. Um tema, portanto, que ainda desafia governos e famílias. ●